

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes Srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN -Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, faço uso da tribuna, com muito orgulho, com muita satisfação, tendo em vista o ocorrido no último domingo. Foi um confronto entre dois times guerreiros, com postura, com treinamento, com determinação, que tornou o resultado secundário no processo, pois quem ganhou foi o esporte e a sociedade catarinense.

Mas eu não poderia deixar de usar a tribuna para, além de enaltecer a posição e a maneira com que competiu o time de Chapecó, que lutou à altura, com afinco, pois foi um sufoco danado nos últimos minutos, principalmente, reverenciar e enaltecer a participação do nosso guerreiro Tigre.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, a região sul está novamente em festa. Depois de oito anos o nosso Criciúma Esporte Clube ou simplesmente o Tigre, como é mais conhecido, voltou a erguer a taça de Campeão Catarinense.

Depois de sair do melancólico 7º lugar, no turno, o Tigre deu a volta por cima e mostrou que a superação é capaz do impossível.

Retorno a esta tribuna da qual já parabenizei o clube pelo acesso à Série B, para, desta vez, parabenizar pelo acesso à Série A. Isso tudo tem um culpado, ou melhor, um salvador, chama-se Antenor Angeloni.

Ele que em 2010 pegou o Criciúma de mal a pior, quase fechando as portas, e acreditou na recuperação, investiu, pagou as dívidas, montou elenco e hoje colhe o fruto de uma boa gestão administrativa com o clube saneado e com ótimas projeções.

Hoje o Criciúma é o único time de Santa Catarina na elite do Campeonato Brasileiro. Antenor Angeloni foi um empresário que sonhou com um time grande, forte, competitivo e vencedor e teve o apoio da torcida. E como canta Raul Seixas, 'Sonho que se sonha junto é realidade', desabafaria o chargista Zé da Silva, logo após a final.

E o que falar do torcedor do Tigre? Um abnegado, sem dúvida nenhuma, são milhares que sofreram com a fase ruim, mas nunca, jamais, pensaram em largar o time que tanto amam. Essa demonstração foi dada em Chapecó, no estádio Índio Condá, e também em Criciúma, na chegada dos jogadores e da comissão técnica na manhã de ontem.

A cidade parou, aliás, 'para ver, ouvir e dar passagem', como cantaria Chico Buarque, e não era uma banda, mas 'a moça triste que vivia calada

sorriu, a rosa triste que vivia fechada se abriu e a meninada toda se assanhou' para ver o Tigre passar.

O estado hoje é amarelo, branco e preto. Tem dez títulos catarinenses, uma Copa do Brasil, dois campeonatos brasileiros, está situado no estádio Heriberto Hülse que, data vênha aos meus colegas de outras regiões, é o maior clube de Santa Catarina."

Amigo deputado Gelson Merisio, visa que é um apoiador nato do Chapecoense Esporte Clube e que estava presente vendo e ouvindo o bom combate, preciso ressaltar aqui aquele que acreditou em uma projeção, numa trajetória de médio e longo prazo, esse visionário, Antenor Angeloni, e toda sua diretoria, com a participação efetiva e a solidariedade dos empresários, dos torcedores do nosso glorioso Tigre, que vem desencadeando um trabalho com a participação da nossa Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc - que monitora um grande trabalho em mais de 50 municípios de projeção com perspectiva factível, real, de médio e longo prazo, possibilitando a condição dos municípios participarem de uma ação integrada em que o município coloca o professor com o monitoramento da universidade. E o Criciúma Esporte Clube, o nosso Tigre, arca com os uniformes, chuteiras, meias, calções e camisas.

É impressionante quando se oportuniza a condição, principalmente nos bairros periféricos, às crianças de baixa renda, de uma bola e um local para poderem desempenhar o esporte, como aflora o talento dessas crianças, que na maioria das vezes não têm a oportunidade de ter sequer uma bola e uma chuteira para exercer essa atividade.

Vejo esse tipo de projeto com muita expectativa. E quando vejo, presidente Joares Ponticelli, essa atuação que o Criciúma vem empreendendo no futebol, lembro de uma visita que tivemos a oportunidade de fazer na Espanha, no Clube Real Madrid, onde com a parceria da universidade de Madri criaram o projeto e a faculdade de Gestão em Futebol, em que o recém-nascido, desde a maternidade, dentro de um banco

de dados integrado, leva o uniforme do time para casa, ou seja, a criança já vem com aquilo no subconsciente, e o pai, a mãe, o avô, a avó, a família acabam se encantando e gerando uma expectativa que prospecta excelentes atividades e capilaridades no mundo dos negócios.

Por isso, não poderia deixar passar em branco para a cidade de Criciúma, para toda a região e para o estado de Santa Catarina, esse momento tão honrado em que o Criciúma se coloca na Série A do Campeonato Brasileiro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Valmir Comin, quero cumprimentar v.exa. e dizer que nós, os oito parlamentares do sul do estado, estamos em festa desde domingo, além do vice-governador do estado e do prefeito Márcio Burigo. Mas quero cumprimentar, especialmente, o presidente Antenor Angeloni e toda a diretoria do Criciúma pelo profissionalismo com que aquele time está sendo gerido e pela estreia na semana que vem, no próximo final de semana, no Campeonato Brasileiro. Afinal de contas, o Criciúma será o único representante do estado e deve ser, a partir de domingo, o time de todos nós.

Cumprimento, também, pelo trabalho social que está sendo feito, como os Tigrinhos, tirando crianças, jovens e adolescentes do caminho da morte, das drogas, porque cabeça vazia é oficina de coisa ruim, e com o trabalho social elas têm uma ocupação saudável e revelam talentos para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Parabéns, deputado Valmir Comin, pela iniciativa, e também a todos que fizeram do Criciúma esse grande campeão catarinense para figurar bem na elite do futebol brasileiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Aliás, sr. presidente, a bandeira que o Criciúma estabelece de inclusão social, tirando as crianças e os jovens do vício das drogas, vem ao encontro de uma das bandeiras deste Parlamento, que v.exa.

adotou, que é o combate às drogas em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, gostaria de parabenizar v.exa. pela homenagem, assim como todos os torcedores do Criciúma, o time do Criciúma, à diretoria, pelo importante feito de domingo, até porque o Criciúma era o time com maior capacidade, com melhores condições de ser o campeão, durante o segundo turno inteiro mostrou isso e mereceu o título.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, sr. presidente, a oportunidade, e gostaria de dizer, ainda, da honra e da satisfação de poder abordar este assunto no dia de hoje.

E sobre o que falou o presidente, deputado Joares Ponticelli, a correlação de um time com uma visão empreendedora através de um visionário, dentro de uma realidade, como o empresário Antenor Angeloni, por acreditar e apostar em projetos sociais, pode desencadear, com certeza, novas vertentes com perspectivas, projeções, expectativas e esperança para essa juventude, essa classe menos assistida para a qual se oportuniza essa condição de interagir em conjunto com o monitoramento da universidade. Esse exemplo deveria ser seguido por todos os times de futebol em nível de Brasil, porque se trata realmente de promover inclusão social, ou seja, de dar condições a essas crianças, que têm o seu talento reprimido.

Isso é dar dignidade e oportunidade aos menos assistidos.

Por isso, parabenizo, mais uma vez, a equipe do nosso glorioso Tigre e todos os torcedores que são a razão maior e a existência do nosso glorioso time.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

A nossa palavra, deputado Joares Ponticelli, vai para o mais cricumense de todos, o nosso Samuca, que está aqui acompanhando atentamente o discurso do deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - O Samuca é cricumense desde 1º de fevereiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O maior torcedor de todos os cricumenses! Antes era chapecoense, mais tudo bem, não é, deputado Gelson Merisio?

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, pedi à assessoria da mesa que, em homenagem ao Criciúma Futebol Clube, deixasse a bandeira aqui durante o meu pronunciamento, porque ao tempo em que cumprimento o time, cumprimento todos os que participaram do Campeonato Catarinense e deram alegria a todos os catarinenses. E, naturalmente, ao final alguém tem que ser o campeão.

Mas quero destacar o trabalho que o Tigre faz com as crianças e a oportunidade que ele dá a pequenos jovens que complementam a sua formação justamente através do esporte.

Nesta semana, deputados Valmir Comin, Joares Ponticelli, José Milton Scheffer e Dóia Guglielmi, fazendo uma referência mais contundente aos deputados do sul de Santa Catarina, a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente fará uma audiência pública em Criciúma, às 9h, na Câmara Municipal, com a presença dos vereadores, prefeitos de todas as cidades da região sul, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente. Enfim, será feita uma grande discussão sobre qual é a realidade especificamente do sul de Santa Catarina, quais são as ações que estão sendo feitas, quais são os mecanismos que

temos para melhorar a formação da criança e do adolescente.

Fiz questão que permanecesse à nossa frente esta bandeira do Criciúma justamente para destacar a ação que o Tigre faz em Criciúma com inúmeros jovens de todas as cidades da região sul, e para destacar o que os clubes esportivos podem fazer em Santa Catarina para as nossas crianças e adolescentes.

Por isso, ao cumprimentá-los quero destacar que já temos uma audiência marcada para sexta-feira, sendo que toda a comunidade está convidada a participar dessa audiência pública lá em Criciúma.

Mas, sr. presidente, quero fazer alguns comentários sobre a convenção nacional que o PSDB realizou em Brasília, convenção na qual tivemos a presença de todas as estrelas do PSDB nacional: Aécio Neves, naturalmente, que foi eleito presidente; Fernando Henrique Cardoso, o maior destaque nacional e um político que identifica o perfil do PSDB; José Serra, que foi candidato a presidente várias vezes e a sua presença foi muito importante justamente significando a união que o PSDB está tendo em prol do futuro breve; Geraldo Alckmin; Marconi Perillo, governador de Goiás; Arthur Virgílio, prefeito de Manaus; o prefeito de Belém.

Enfim, estiveram lá mais de cinco mil pessoas, todos com algum destaque, representando a sua região, município e estado. Não houve uma presença maior ainda do que isso justamente pela legislação, pela chapa de consenso, em que o deputado Aécio Neves é o presidente, O ex-governador Leonel Pavan é vogal, e o deputado Marcos Tebaldi, também é suplente de vogal. O senador Paulo Bauer, enfim, como era uma chapa de consenso, houve bastantes presentes, mas, pela legislação, apenas 20% dos convencionais votam. Naturalmente, não que se tenha desmotivado uma presença maior, mas não havia a necessidade de mobilizar 100% dos convencionais já que 20% era suficiente.

Foi uma grande festa, com presença maciça, uma multidão. Deu para perceber a grande liderança que tem ainda o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, José Serra, Arthur Virgílio, principalmente, a grande esperança que é depositada em Aécio Neves, como futuro presidente do Brasil. E digamos que a grande tônica dessa convenção foi o fato de o PSDB, que governou o Brasil de 1995 até 2002, estava no caminho certo. E quem é que chegou a essa conclusão? Primeiramente, o próprio governo do PT, porque de 2005 até 2002, o PT não votou favorável em nenhuma votação, nem ao Fundeb, a nenhum encaminhamento que era de origem do governo central, que é do governo Fernando Henrique Cardoso, mas de 2003 até o momento em o atual governo do PT está no mandato, não rejeitou nenhuma vírgula daquilo que foi aprovado.

Então, o primeiro que confirmou que o PSDB estava no caminho certo foi, exatamente, o atual governo, que abraçou todas as aprovações que foram realizadas. Imagine vocês, por exemplo, a questão da privatização do sistema elétrico, que hoje é de encargo do governo, é pública, mas a geração de energia ela passou a ser privatizada, quer dizer, a iniciativa privada pode gerar energia elétrica.

Até 1995 somente o governo gerava energia elétrica, podia fazer os investimentos. Mas o que acontecia na prática? O governo não tinha recursos para investir, por isso, não investia. Hoje nós estaríamos num verdadeiro apagão.

Hoje temos a oferta de energia elétrica, somos suficientes em energia elétrica graças à abertura que o governo deu e que permanece hoje, permitindo que a iniciativa privada gere energia elétrica de várias formas, seja através da força da água, do vento, da energia solar etc, são várias maneiras que podemos estar injetando no sistema uma quantidade maior, uma oferta maior de energia elétrica.

Imaginem como estaríamos, com esse crescimento que o Brasil esteve nos últimos anos, se nós não tivéssemos essa oferta de energia? Hoje capengamos na transmissão, que é de encargo do setor público.

Imaginem vocês o que seria do Brasil se não fosse a privatização da telefonia? Como estaríamos hoje trabalhando, como estariam os celulares, como estariam os telefones? Antes de 1995, ter um telefone era um destaque social, e a privatização do sistema permitiu então que hoje todos os brasileiros pudessem ter o seu telefone fixo ou móvel.

Imaginem como seria sem a abertura do setor de informática, o setor de navegação e cabotagem? E um projeto que faltou ser votado no governo Fernando Henrique diz respeito à questão dos portos, a privatização dos portos, que deveria ter acontecido já há oito, dez, 15 anos.

Seguramente o sistema portuário trancou, impediu o desenvolvimento, especialmente das relações internacionais, mas agora temos essa abertura, demonstrando que todas aquelas ações, aquelas privatizações que o governo vinha fazendo, deram certo, a crise mundial provou que o caminho que o Brasil teve deu certo, foi coordenado pelo PSDB, e por isso que o PSDB poderá fazer muito mais pelo Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado!

Senhores deputados, está sobre a mesa um requerimento assinado por todos os líderes de partido, de autoria do deputado José Nei Ascari, para abriremos os microfones à manifestação da sra. Berenice Piana, que é ativista em defesa das causas do autismo, membro-presidente do Grupo Azul e autora do projeto de lei que institui a política de proteção dos direitos da pessoa com transtorno de espectro autismo.

Como estamos a apenas cinco minutos do horário dos Partidos Políticos e o PSD abriu mão do seu tempo, gostaria de perguntar aos líderes se podemos suspender a sessão agora, pelo tempo de até dez minutos?

(Os srs. líderes aquiescem.)

Está suspensa a sessão pelo tempo de dez minutos para ouvirmos a sra. Berenice Piana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria apenas de cumprimentar a sra. Berenice Piana, que veio do Rio de Janeiro mais uma vez a este estado, a esta Assembleia, pelo pronunciamento e agradecer-lhe pela presença neste estado. Você que adotou Santa Catarina tem percorrido o Brasil na defesa desta causa nobre e tem estado aqui sempre que convidada para transmitir a sua mensagem, estimular Santa Catarina, fomentar aqui a associação dessas instituições criando perspectivas melhores de futuro para essa nossa gente.

Quero registrar também que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual tenho a honra presidir nesta Casa, recebeu essa proposta como contribuição também da Marlete Grando, que preside uma importante entidade em Fraiburgo.

Esta é a missão da comissão, recepcionar as sugestões e tentar materializar essas ideias, transformando esses encaminhamentos em propostas que possam, de fato, entrar em vigor em Santa Catarina.

Não tenho dúvidas também de que o governador será sensível a esta causa sancionando a lei para Santa Catarina. Pelo menos esta é a nossa expectativa.

Parabéns! Conte conosco. Seja sempre bem-vinda a este estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado José Nei Ascari. Parabéns pelo trabalho na comissão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, peço a v.exa. dois minutos, na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, para cumprimentar a sra. Berenice Piana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Por uma questão de ordem, a concessão de tempo é de um minuto, mas concedo a v.exa. um minuto e meio.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sim, sr. presidente.

Queria cumprimentar a sra. Berenice Piana e dizer que fui encarregado por esta Assembleia para relatar o projeto de lei do deputado Carlos Chiodini e do deputado José Nei Ascari, que aportou na Presidência.

Antigamente o autismo era um assunto desconhecido, mas que bom que as décadas passaram. O Brasil se atualizou e hoje vemos nesta Casa essa sensibilidade para a derrubada de alguns mitos, como a questão do retardamento e do isolamento, que estão sendo superadas fazendo valer, de fato, o direito desse cidadão que merece conviver em sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Senhor presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou que estão aqui presentes nesta tarde de terça-feira.

Queria iniciar parabenizando os bombeiros militares que terminaram e concluíram o curso de formação de cabo no último dia 10 de maio, em solenidade militar da qual tivemos a oportunidade de participar. Queremos parabenizar a todos os

formandos, os companheiros de longa experiência na instituição, outros mais novos e o conjunto da instituição Corpo de Bombeiro Militar no estado de Santa Catarina.

Quero parabenizar também a Polícia Militar e todos os policiais militares do estado pelos 178 anos da instituição, que foram completados no último dia 5 de maio. No dia 3 de maio, aliás, houve uma solenidade militar no Centro de Ensino da Trindade, que foi uma das formaturas mais bonitas, talvez ficamos com saudade daquele espaço e achamos essas solenidades sempre bonitas, alusiva ao dia 5 de maio, aniversário da Polícia, que foi grande, forte e representativa.

Contamos com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; do deputado Kennedy Nunes, que neste momento preside esta sessão, inclusive sendo homenageado, recebendo uma comenda, uma medalha, como amigo da Polícia Militar, e para nós também é uma satisfação tê-lo como amigo, pois sabemos do seu histórico na cidade de Joinville e no estado catarinense, sempre nessa parceria com a instituição.

Quero também fazer referência à sessão especial que foi realizada no dia 13 de maio, especialmente alusiva aos 178 anos da Polícia Militar e a satisfação de ver este Plenário lotado de policiais militares e de amigos da Polícia Militar.

Então, reitero os nossos parabéns a todos os praças e oficiais da Polícia Militar do estado de Santa Catarina pela sua longa trajetória de serviços prestados à sociedade catarinense. Quero parabenizar a instituição inteira, cada um dos policiais militares, e porque não o comandante da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro, pelo trabalho desempenhado a nossa sociedade, mas fazendo referência especial ao período de atuação desses policiais militares naquelas duas ondas de violência aqui no estado de Santa Catarina, de incêndios e de atentados a ônibus, bem como a estabelecimentos públicos, viaturas, quartéis, delegacias de polícias, inclusive ao Palácio do

Governo. Foi feito um excepcional trabalho pela Segurança Pública e me permitam dizer que de forma especial, por policiais militares cansados de atuar na linha de frente, mas que não queriam folga, apresentavam-se voluntariamente para trabalhar mais e ajudar a sociedade.

Assim, já parabenizei, pessoalmente, o comandante-geral pelo resultado do ótimo trabalho e pela volta à normalidade da sociedade catarinense. Isso se deve à quantidade de policiais, à força de vontade e pelo método e forma com que a Polícia Militar e as outras instituições de segurança agiram, balizadas inclusive, pela legalidade, que garantiu que a sociedade inteira entendesse que era preciso cessar aquela onda de violência.

E o papel do comandante-geral e das suas instâncias de comando, até chegar lá na ponta das operações militares, com certeza foi fundamental para que se agisse estritamente dentro da lei e pudéssemos voltar à normalidade.

Já na questão salarial, como sempre, é uma no cravo e outra na ferradura, deputado Kennedy Nunes, pois a proposta que anda em voga, de iniciativa do comandante-geral, infelizmente, a nosso ver, não é boa para a maioria dos policiais militares. Ela é discriminatória entre a cúpula e a base da instituição, retira direitos históricos importantíssimos dos policiais e dos bombeiros militares de Santa Catarina, de forma que existe um debate feito pelos praças, pelos oficiais, e nós vamos intensificá-lo, inclusive, haverá assembleia dos praças no dia 4 de junho.

A proposta que está em debate está preocupando o conjunto dos policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, pois, a princípio, poderá trazer prejuízos bastante graves a direitos históricos dos policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, resolvendo vários problemas da cúpula e criando outros tantos problemas para a base nos próximos anos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário reservado ao Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Assomo esta tribuna para falar sobre um tema que é amplamente conhecido por toda cadeia produtiva do estado de Santa Catarina, mas entra ano e sai ano não conseguimos encontrar uma digna regulamentação capaz de garantir ao nosso agricultor a continuidade da produtividade na sua pequena propriedade rural.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina é o quinto estado produtor de leite do país. Em 2011 o estado alcançou a produção de 2,53 bilhões de litros de leite.

No ano de 2012 a produção saltou para 2,7 bilhões de litros.

O Oeste catarinense é responsável por 73% da produção de Santa Catarina, que no ano de 2012 atingiu 759 bilhões de litros.

No estado, praticamente, 190 mil estabelecimentos agrícolas dedicam-se à atividade leiteira, segundo os números da Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

Nos últimos anos, o mercado tem sido favorável aos produtores. Em fevereiro de 2013 a remuneração média chegou a R\$ 0,74, o litro, em muitas regiões, mas hoje, esse valor já chega perto de R\$ 1,00.

Conforme os números da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, essa é uma remuneração intermediária, se comparado com os preços pagos na Argentina e no Uruguai.

O Uruguai paga aos produtores de leite, em média, U\$ 0,40; a Argentina, U\$ 0,35; e o Brasil, U\$ 0,37.

O mercado está soprando a favor do produtor, os ventos estão favoráveis neste momento, mas nos

preocupa a questão da continuidade da importação de leite em pó do Uruguai.

Há um ano fomos ao Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, apelar por regras para a entrada do leite do país vizinho, assim como ocorreu com a limitação da compra do produto Argentino.

O Uruguai ainda está enviando livremente a sua produção de leite para o Brasil. É hora de adotar providências de regramento para a entrada do leite uruguaio em território nacional, antes que os produtores brasileiros, especialmente os catarinenses, tenham que entregar a sua produção com preços abaixo do custo.

Em 2008, eram 4,5 mil toneladas importadas; no final de 2012, a entrada chegou a 50 mil toneladas do produto do Uruguai.

Agora é o momento de deixar as regras para a importação bem definidas, sob pena de, novamente, o produtor de Santa Catarina sair prejudicado em um futuro bem próximo.”

Fiz questão de trazer por escrito este pronunciamento, porque contém dados técnicos e, às vezes, no afã de fazer um bom discurso, acabamos ultrapassando os números exatos que o mercado econômico do leite oferece.

Fizemos, através da comissão de Agricultura e Política Rural, uma importante audiência pública no município de Pinhalzinho, no início do ano passado, onde tivemos a participação de cerca de 700 agricultores, e naquela ocasião esteve conosco o deputado Neodi Saretta, além de outros deputados federais. E daquela reunião levamos a Brasília uma grande reivindicação ao ministro, no sentido de que adotasse providências urgentes objetivando que esse produto, que entra pelo Uruguai, pelo menos tenha um regramento a exemplo da Argentina, porque do contrário vamos ter problemas de comercialização, porque é nesse período que o produtor consegue um preço melhor no litro de leite para compensar a baixa produtividade em virtude do inverno.

Mas isso não está acontecendo, porque o mercado está sendo aquecido com produtos vindos de outros países. Sabemos que existem esses

regramentos para conseguir manter a inflação no patamar em que se encontra, mas não podemos controlar a inflação prejudicando, principalmente, o pequeno agricultor, que vive lá com suas vaquinhas de leite produzindo riquezas para o estado e sonhos para sua família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário do PMDB, os próximos minutos são destinados ao deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e nobres ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje teremos uma reunião que será realizada pela Ocesc e estamos convidando os quarenta deputados para participarem, objetivando dialogar, mostrar a importância do cooperativismo para o nosso estado. Quando estivermos no horário da Ordem do Dia e com mais deputados em plenário, aproveitarei para fazer novamente o convite.

Quero cumprimentar o deputado Mauro de Nadal pelo assunto que trouxe à tribuna. O leite é uma atividade que está na pequena propriedade, trata-se de uma renda que vem ao encontro do pequeno produtor, mas, infelizmente, ainda não temos no Brasil uma política de segurança para a produção agrícola.

O Brasil tem excesso de leite, mas importa; tem excesso de carne suína, mas pode entrar carne suína; temos excesso de maçã, mas importamos. Então, não temos ainda uma política segura para esse setor importantíssimo para o desenvolvimento do nosso país.

Também quero aproveitar esses minutos que me restam para comentar que o governo federal autorizou, na semana passada, a abertura de licitação para a construção de ferrovias no estado de Santa Catarina. E o que vimos na imprensa, o que foi discutido, inclusive, na presença do ministro dos Transportes e da ministra do Desenvolvimento Econômico, é que essa ferrovia margearia a BR-282.

E nós sabemos que em Chapecó temos grandes frigoríficos, assim como em Concórdia, Piratuba e Capinzal, onde se localizam outras grandes indústrias do agronegócio.

Pois bem, apresentamos aqui apenas o requerimento para a inclusão dessa região no traçado da ferrovia, porque se esse é o momento de fazer um projeto, porque não incluir o oeste de Santa Catarina para ligar aquela região com o litoral, com os portos? Esse nos parece o momento de fazer uma projeção, uma avaliação. Trata-se de uma região produtora consagrada e que conta com indústrias do agronegócio. Se tivermos a oportunidade de ter uma ferrovia que ligue esses municípios já citados os portos, principalmente, ao porto de Itajaí, essa região vai deixar de se ressentir da falta do desenvolvimento, de oportunidades. E sem projeto, não chegaremos a lugar nenhum. Temos que repensar esse traçado! Não é preciso mudar, apenas incluir na proposta essas regiões.

Podemos, depois, buscar alternativas para viabilizar essas obras, através do governo federal, de recursos públicos do programa público/privado, para que possam participar também as nossas indústrias e possibilitar a construção da ferrovia que vai nos ajudar e muito a garantir a permanência do nosso produtor no campo, das nossas indústrias, que hoje têm dificuldades de se manter no estado, porque não tem facilidade para o abastecimento de milho, de soja etc.

Então, essa é uma oportunidade de unirmos forças, independentemente de partido político, com o governo do estado, com o governo federal, com os municípios, com a iniciativa privada e buscar esse projeto que vem ao encontro do desenvolvimento que precisamos e que vai ajudar muito a economia do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero trazer aqui os primeiros números das nossas audiências públicas regionalizadas que realizamos na semana passada no extremo oeste e no oeste de Santa Catarina.

(Precede-se à apresentação de *slides*.)

Claro que dentro da decisão da comissão de Finanças e Tributação, acordada com todos os membros e também com a Mesa Diretora, por extensão, do Plenário, o cronograma das audiências públicas foi estendido para atender à divisão geopolítica do governo do estado, através das SDRs, ampliando de 13 para 34 audiências para possibilitar a discussão de todo o processo que engloba a LDO, a LOA e o PPA.

É claro que na continuidade dos trabalhos de outros anos a nossa comissão também mostrou os resultados das emendas apresentadas em outros anos, e com isso também prestando contas. E, ao mesmo tempo, na audiência foi dada oportunidade aos participantes de definir as prioridades para o próximo ano.

A discussão, como sempre, baseou-se na efetiva realização das emendas, ou seja, na execução das emendas apresentadas. E, diante disso, temos um novo momento que estamos construindo graças a uma emenda que está aqui também tramitando na Casa, de iniciativa do presidente, deputado Joares Ponticelli, e que haverá de ter agora um novo trâmite, ou seja, uma aceleração da sua discussão, para que as emendas apresentadas no Orçamento Participativo Regionalizado sejam também emendas impositivas. Ou seja, o governo se obriga a realizá-las dentro do exercício.

Mas o grande avanço nessas primeiras audiências foi a participação do Poder Executivo. O governo esteve presente através da secretaria de Planejamento, com o diretor Norton Boppré e do secretário-adjunto, Túlio Tavares. A secretaria de

Articulação Política da Casa Civil também esteve presente em todas as audiências públicas, com o ex-deputado Gelson Sorgato e o sr. Fernando Driessen, ex-prefeito de Caçador, representando essa secretaria. E a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, através do secretário-adjunto Ozeas Mafra Filho, também esteve presente.

Mas o ponto importante foi, efetivamente, o aumento da participação. Para terem uma ideia, srs. deputados, nas oito audiências públicas tivemos 637 participantes entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, presidentes de organizações, entidades, sociedade civil e grande imprensa local e regional. E com isso tivemos um incremento de 140% em relação aos participantes do ano anterior.

No ano passado realizamos três audiências, uma em São Miguel d'Oeste, outra em Maravilha e outra em Chapecó, com um total de um público de 240 pessoas. Este ano, nessas oito audiências, tivemos um público de 637 participantes. Então, isso mostra o acerto de ampliarmos o debate para poder estar mais próximo dos municípios.

Hoje de manhã estive com o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, com o vice-presidente, deputado Romildo Titon, e também com os demais deputados membros da Mesa Diretora discutindo a continuidade do calendário. E ficou acordado com o presidente e os membros da Mesa que se seguirá o calendário proposto, mas com algumas modificações. Mas, especialmente, fica em aberto uma discussão importante que os líderes vão ter com o presidente ainda esta semana: a questão de nós, quando tivermos audiências públicas, também ao mesmo tempo mantermos o plenário em funcionamento.

Acho que isso é possível. Creio que se pode fazer dessa forma porque os deputados que acompanham as audiências públicas acabam tendo também manifestado a sua presença em plenário como se aqui estivessem, e, vice-versa, os que aqui estão também é como se estivessem participando das audiências públicas.

Volto a dizer do aumento do público presente e que os deputados participaram quase de todas as

audiências públicas. Os deputados Maurício Eskudlark, Neodi Saretta, Marcos Viera, Mauro de Nadal e Valmir Comin perceberam e puderam acompanhar que esse modelo de ampliarmos a discussão é vitorioso do ponto de vista da participação. Todos que participaram da audiência pública sentiram um avanço nessa discussão.

Mas é claro que o tema principal volta a ser a questão de termos, efetivamente, o avanço com relação à execução do Orçamento Regionalizado. Mas o importante é que esse instrumento, que foi ideia do Partido dos Trabalhadores e que aprovamos, os 40 deputados de forma suprapartidária, que foram as audiências, transcorra com a ideia de serem um projeto regional, de toda Assembleia Legislativa. É um avanço que trará realmente um resultado em obras e serviços à região, sem esse ranço político-partidário.

Então, temos o compromisso com o Orçamento Regionalizado, porque está na Constituição e temos a consciência de que é um avanço da democracia participativa dentro dessa política, pois é muito importante estarmos mais próximos das nossas bases.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

A SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Apenas para comungar da sua fala, deputado Gilmar Knaesel, gostaria de dizer que nas audiências que foram realizadas no ano passado tivemos a participação de 200 pessoas daquela região em dez reuniões de segunda-feira até quinta-feira, e neste ano tivemos a participação de mais de 600 pessoas. Isso quer dizer que o processo está sendo amadurecido na nossa sociedade. Porém, temos que fazer a nossa avaliação frente a essa conjuntura e ver algum encaminhamento no sentido da imposição dessas prioridades regionais para que o governo cumpra o seu papel para no ano seguinte termos uma participação ainda maior, com mais confiabilidade ao trabalho deste Parlamento.

A SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Sr. presidente, semana quem vem estaremos na sua região, na sua principal base eleitoral, a partir de segunda-feira estaremos em Concórdia e Seara, à noite, estaremos em Joaçaba, na terça-feira, em Campos Novos e Curitiba, e na quarta-feira, em Videira e Caçador, dando continuidade.

Mais uma vez, gostaria convidar todos os srs. deputados a participarem das audiências públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até onze minutos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar a presença do nosso ex-deputado e ex-presidente desta Casa, Francisco Küster, nesta Casa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, estimado ex-presidente desta Casa, deputado Francisco Küster, que tem uma longa história de Santa Catarina. Seja bem-vindo! É um prazer recebê-lo nesta Casa! Iniciei uma militância muito cedo no meu partido, mas o deputado Francisco Küster foi o único deputado de outro partido por quem botei um adesivo no peito, e já falei isso para ele, que hoje está no PT. Veja como a vida dá voltas. Mas seja bem-vindo!

Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de abordar duas questões. Primeiramente, sobre o Orçamento Regionalizado, já que o deputado Gilmar Knaesel falava sobre isso. Eu quero manifestar uma posição sobre esse assunto porque participei ativamente das reuniões na semana passada,

interrompendo apenas para vir à sessão especial que fizemos aqui na quarta-feira à noite, em homenagem a Embrapa.

Mas gostaria de dizer, sr. presidente, que mais uma vez pude testemunhar a importância de um processo de participação nas decisões do governo no debate do Orçamento Regionalizado. Eu acho que é uma das poucas ferramentas, senão a única de participação direta da sociedade no governo, por isso temos que mantê-la e fortalecê-la.

Mas é bem verdade que é preciso fazer ajustes, e o principal deles, no meu entendimento, deputado Mauro de Nadal, é definir, efetivamente, quanto recurso seria possível destinar para estes debates e, em cima destes valores, fazer a discussão e a execução, porque fazendo apenas um orçamento impositivo poderemos, além de termos o problema da inconstitucionalidade, receber uma alegação de engessamento do governo.

Então, o ideal, realmente, é definir um valor.

Permita, inclusive, dizer que esta foi a experiência que utilizamos no governo municipal, quando prefeito de Concórdia, onde, à época, definimos um valor destinado às obras a serem automaticamente executadas pelo governo.

Acho que temos que ter esse mecanismo para não fazer o jogo daqueles que não querem nenhum tipo de participação popular no governo.

Então, acho que foi produtivo. Agora, é importante rediscutir, sim. E eu sugiro que a gente faça essa rediscussão a partir do próximo ano, para termos, efetivamente, valores definidos.

E aproveitamos estas reuniões que estão tendo agora para fazer o debate no sentido do aprimoramento.

O Orçamento Regionalizado, no meu entendimento, é uma ferramenta importante que deve ser fortalecida para aumentar a participação da sociedade catarinense.

Agora, quais os ajustes que precisam ser feitos, se temos que reduzir reuniões ou compactar, temos que definir para que nos próximos calendários essas reuniões sejam melhor aproveitadas.

O segundo tema que queria abordar aqui é sobre o Instituto Federal Catarinense, especialmente o campus de Concórdia.

(Passa a ler.)

"O Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - completou neste mês de maio, 48 anos de existência. A história da instituição começa pela criação como Ginásio Agrícola, em 1965, que passa a Colégio Agrícola, tornando-se Escola Agrotécnica Federal.

Desde dezembro de 2008 faz parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se Campus Concórdia.

No Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - são oferecidos os cursos: Técnico em Alimentos e Técnico em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio; Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio; Bacharelado em Medicina Veterinária; Engenharia de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Licenciatura em Matemática e Física; Pós-graduação em Gestão de Tecnologia da Informação.

Além de cursos de Formação Inicial Continuada (Fic) e Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O número de matriculados é de 1.211 alunos, divididos entre cursos técnicos integrados e subsequentes, formação continuada e educação de jovens e adultos, cursos superiores, nas pós-graduações e no Pronatec."

Eu faço este registro, deputada Angela Albino, pela passagem da comemoração dos 48 anos, e também porque estivemos, há duas semanas fazendo uma visita à instituição, conversando com a sua direção e com os seus alunos.

A sociedade catarinense não se deu conta ainda da importância do Instituto Federal Catarinense. A partir da criação desses institutos, em 2008, tivemos verdadeiros polos irradiadores da educação, e no caso de Concórdia, aquela antiga escola agrotécnica, que muitos ainda acham que é o colégio agrícola, hoje é o Instituto Federal de Educação, como eu disse anteriormente, com cursos técnicos, com cursos a nível de graduação, pós-

graduação, inclusive, e que faz um importante trabalho.

(Continua lendo)

"Durante toda a existência, o Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - tem buscado levar educação e ensino de qualidade, de forma pública e gratuita, a toda comunidade da região, o que continua sendo o compromisso da instituição, preocupada sempre em atender as demandas regionais, formando profissionais capacitados para o mercado de trabalho."

A área do instituto do campus de Concórdia é privilegiada pois conta com 253 hectares, sendo com 26.000m² de área construída. Para os senhores terem uma ideia, essa estrutura física comporta laboratórios de informática, de biologia, solos, química, física, análise sensorial, bromatologia, microbiologia, biotecnologia, miniusina de beneficiamento e panificação, laticínios, carnes e vegetais.

Enfim, há toda uma estrutura à disposição, além do hospital veterinário, dos laboratórios da Medicina Veterinária, que estão sendo concluídos agora.

Portanto, queria parabenizar o Instituto Federal Catarinense, *Campus* de Concórdia, pelos 48 anos, é claro, englobando desde quando começou com o Ginásio Agrícola, passando ao Colégio Agrícola, tornando-se Escola Agrotécnica Federal e hoje elevada à condição de campus do Instituto Federal Catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, servidores desta Casa, público presente.

Quero falar, sr. presidente, sobre o Movimento Negro do estado de Santa Catarina referente à saúde da população negra em nosso estado. Foi promulgada pelo governo do estado no dia 7 de janeiro deste ano a Lei n. 15.948, que cria a Semana Catarinense de Atenção à Saúde da População Negra em nosso estado.

Fazendo parte das atividades da semana, tivemos uma reunião do Movimento Negro de Santa Catarina juntamente com a comissão de Saúde da Assembleia, em que já agradeço, mas gostaria de agradecer novamente a atenção do deputado Volnei Morastoni. Já que não houve sessões na Casa não teria condições de realizar uma reunião da comissão de Saúde com todos os deputados em função do deslocamento às audiências públicas do Orçamento Regionalizado, que de pronto recebeu integrantes do Movimento Negro do estado para discutir questões muito importantes para a saúde da população negra do estado.

Então, após alguns debates nessa reunião com o deputado Volnei Morastoni e com a comissão de Saúde, conseguimos criar uma subcomissão específica para tratar da saúde da população negra no estado de Santa Catarina. Por que criar uma subcomissão específica para a saúde da população negra no estado? Porque a população negra, devido à miscigenação, devido a tantos fatores genéticos, sofre mais com alguns tipos de doenças, como anemia falciforme, pressão arterial alterada, diabetes *mellitus*, entre outras doenças que afetam com maior gravidade a população negra.

Já que no estado de Santa Catarina somos quase 1 milhão de negros é necessário que o estado dê uma atenção especial à população negra que corresponde a 1/6 da população do nosso estado.

Então, criamos essa subcomissão de Atenção à Saúde da População Negra na Assembleia Legislativa e hoje pela manhã nos reunimos também com os integrantes do Movimento Negro para agendar uma reunião juntamente com o secretário estadual de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, para tratar da criação de uma coordenação específica na secretaria de Saúde, como já existe no Rio Grande

do Sul, para dar atenção à saúde da população negra no estado.

Também queremos que essa secretaria indique um membro para participar da subcomissão. Na reunião que tivemos de manhã com o secretário de estado da Saúde, solicitamos a implementação de políticas públicas de atenção à população negra, já que o governo federal tem vários programas, vários projetos de atenção à saúde da população negra.

Então, os integrantes do Movimento Negro no estado saíram bem felizes com a atenção despendida pelo secretário Dalmo de Oliveira a essa questão da saúde de nossa população.

Houve também o compromisso do secretário Dalmo de Oliveira para que no ano que vem a Semana Catarinense de Atenção à Saúde da População Negra tenha um pouco mais de visibilidade em todo o estado. E também foi solicitado para que dentro do cronograma da comunicação da secretaria de estado da Saúde sejam apresentadas algumas mensagens para conscientizar a população negra da necessidade de prevenção de alguns tipos de doença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste.

Quero registrar, nesta Casa, com grande satisfação, a abertura da licitação para a conclusão na BR-282, da conhecida Serra da Rocinha, que ocorreu na última sexta-feira na superintendência estadual do DNIT de Santa Catarina.

Trata-se de uma reivindicação de décadas da sociedade do extremo sul de Santa Catarina, e nestes dois últimos anos, em nosso primeiro mandato parlamentar, intensificamos as ações junto aos órgãos competentes de licenças ambientais, ao

DNIT nacional, na questão do orçamento, e ao ministério dos Transportes. E através dessas ações com o apoio da sociedade e de outros parlamentares, conseguimos alcançar essa conquista na manhã de sexta-feira última quando o DNIT licitou e contratou um consórcio para iniciar a pavimentação da Serra da Rocinha.

A empresa vencedora, o consórcio formado pelas empresas Setep/Ivai/Sotepa venceu com o valor de R\$ 95.900.000,00. Trata-se de uma obra difícil que compreende cerca de 120km na Serra Geral que vai contemplar duas pontes, sendo uma delas com a altura de 120m, e mais quatro viadutos. Sem dúvida alguma, essa obra mudará a realidade regional, impulsionando inúmeros negócios e potencialidades existentes no estado, tais como o aumento do fluxo de turistas, integração dos roteiros turísticos, aumentando com isso o Pib e a arrecadação de impostos e a produção primária, incentivando a fruticultura, a facilidade no acesso do transporte e troca de mercadorias nos negócios, bem como, viabilizar a criação de um parque eólico em cima da terra, já em desenvolvimento com investimento em cerca de R\$ 1 milhão.

São novos negócios que vão gerar emprego e renda, não apenas em Santa Catarina, mas na região serrana do Rio Grande do Sul, inclusive aumentando os negócios e as exportações através do porto de Imbituba. A rodovia possui 720km de extensão e estava estrangulada nesses 22km da Serra de Timbé do Sul. Ela liga São Borja, que faz divisa com a cidade argentina, São Tomé, e termina na BR-101 em Araranguá. Passa por diversas cidades do Rio Grande do Sul, como São Borja, Santo Ângelo, Santa Rosa, Panambi, Vacaria, Carazinho, Caxias do Sul, Passo Fundo, Bom Jesus, Lagoa Vermelha e São José dos Ausentes.

E em Santa Catarina passa por São Miguel d'Oeste, Chapecó, Concórdia, Lages, Timbé do Sul, Turvo e Araranguá. É uma rodovia histórica, a região aguardava por muito tempo e queremos aqui homenagear toda a comunidade do sul do estado que se envolveu nessa luta.

Queremos homenagear todas as instituições em nome da Aciva e da Amesc, bem como todas as lideranças políticas, empresariais e comunitárias que empunharam essa bandeira. Muito ainda terá que ser feito no acompanhamento dessa obra, não iremos relaxar na guarda e no acompanhamento, mas, sem dúvida nenhuma, é uma conquista que merece, sr. presidente, ser comemorada.

Também gostaria, na tarde de hoje, de registrar o trabalho que a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense vem fazendo incansavelmente na coleta de assinaturas em prol do movimento nacional Saúde+10, que tem por objetivo coletar mais de um milhão e meio de assinaturas em prol do projeto de lei de iniciativa popular para obrigar a união, o governo federal, a investir no mínimo 10% de suas receitas brutas na saúde.

Santa Catarina já superou sua meta inicial e já contabiliza mais de 70 mil assinaturas e continuará com a campanha até dia 3 de julho, quando encerraremos a coleta de assinaturas e daí passaremos à auditoria no Conselho Nacional de Saúde para, no início de agosto, entrarmos na Câmara dos Deputados com o projeto de emenda constitucional, obrigando o governo federal a colocar 10% de suas receitas em prol da saúde pública.

Trata-se, sem dúvida nenhuma, de uma campanha que vale a pena ser empunhada por toda a sociedade catarinense, porque os reflexos dela se darão numa maior qualidade no atendimento da saúde a nossa população, principalmente aquela mais carente.

Por isso, a Frente Parlamentar não vai baixar a guarda e continuará trabalhando, pois o Brasil possui mais de dois mil hospitais filantrópicos, santas casas que atendem mais de dez milhões de pessoas por ano em seus hospitais, sendo responsáveis pelo atendimento de 45% de todas as internações feitas pelo Sistema Único de Saúde, mas a cada R\$ 100,00 gastos com serviços prestados para o SUS esses hospitais recebem apenas R\$ 65,00. O custo da saúde no Brasil aumenta a cada ano e a renumeração do sistema há décadas não é

reajustada, sacrificando hospitais e profissionais da área da saúde.

Assim, essa campanha merece o nosso respeito, a nossa consideração e apoio, sobretudo de todos os envolvidos, todos aqueles que de uma forma ou de outra entendem que um Sistema Único de Saúde universal precisa de recursos para poder funcionar de maneira adequada.

Quero aqui aproveitar esses momentos finais, sr. presidente, para prestar aqui também a nossa homenagem ao Criciúma Esporte Clube, à sua diretoria, bem como a toda sua torcida e à população de Criciúma e do sul do estado pela conquista do 10º Título Estadual do Criciúma Esporte Clube neste último final de semana, lá em Chapecó, mostrando mais uma vez a garra, competência e a força do time do Criciúma, bem como de toda sua população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito aos colegas parlamentares que se encontram nos seus gabinetes que possam descer ao Plenário para que possamos cumprir a nossa pauta de hoje e deliberar sobre diversos vetos que temos para esta sessão.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0171/2011, de autoria da bancada do PT e Projeto de Lei n. 0357/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0344/2012, de autoria dos deputados José Nei Ascari e Carlos Chiodini, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu apenas gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença da Berenice Piana.

Ela usou a tribuna fazendo a defesa desta matéria que é muito importante para Santa Catarina e que já está transformada em lei no cenário nacional. E esta é a nossa lei!

Registro aqui a compreensão do deputado Carlos Chiodini com relação a esse tema, já que ele também havia proposto nesta Casa uma matéria com um teor muito semelhante.

Quero também agradecer o empenho do deputado Serafim Venzon, que articulou na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência a aprovação dessa importante matéria.

Acho que com a aprovação desta proposta aqui no estado haverá melhores condições de tratamento seja na área da saúde, da educação, na inclusão do mercado de trabalho, dessas pessoas especiais que precisam do apoio e da assistência do poder público.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada em primeiro turno, por unanimidade.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de cumprimentar v.exa., os srs. deputados, as sras., deputadas, e sugerir que v.exa. convide os nossos colegas deputados, que estão em seus gabinetes, que compareçam ao Plenário para que possamos deliberar os vetos e cumprir a nossa missão parlamentar.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, atendendo à solicitação de v.exa., solicito aos deputados que compareçam ao Plenário para que sejam deliberadas as matérias em pauta.

Esta Presidência registra e agradece a presença do ex-presidente desta Casa, grande deputado Francisco Küster.

O Deputado Francisco Küster e o deputado Neodi Saretta, foram os primeiros a inaugurar essa composição, esse compartilhamento de gestão, como depois fizeram os deputados Gelson Merisio e Jorginho Mello.

Portanto, o deputado Francisco Küster e o deputado Neodi Saretta foram os pioneiros nesta iniciativa. Esperamos ter sucesso nesta gestão.

Seja bem-vindo, deputado Francisco Küster.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, pedi a palavra, pela ordem, para registrar a ilustre presença do deputado Francisco Küster, por quem tenho uma grande admiração e de quem partiu o convite para filiar-me ao PSDB. E, através do Hélio Costa, tive a oportunidade de concorrer ao cargo de deputado estadual, ficando segundo suplente, em 2002.

E como não me elegi, e temos que seguir os desígnios de Deus, tinha resolvido ficar apenas na carreira policial. Por isso, à época, fui ser delegado Regional de Balneário Camboriú. E depois o deputado Francisco Küster, gentilmente, licenciou-se e assumi seu lugar nesta Casa por 90

dias, quando conseguimos a lei da aposentadoria especial dos policiais civis e aprovamos vários outros projetos, voltando, assim, para a política.

Então, digo ao grande deputado Francisco Küster que se hoje tenho a honra de estar aqui trabalhando pelo povo catarinense, deve-se àquele seu gesto que abriu espaço para que eu assumisse uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Quero deixar registrado nesta Casa a minha gratidão, e dizer que divido com v.exa. o empenho e o compromisso que tenho em representar o povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0117/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0488/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que cria o sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágios instalados nas rodovias do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, estou procurando ajudar aqui o meu líder do governo Aldo Schneider, que chegará daqui a alguns instantes, que a orientação do governo é pela manutenção do veto. A matéria procede, tem mérito, mas pode ser feita através de uma indicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim" e 10 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0746/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0311/2012, de procedência governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2013.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do relator.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação ao Orçamento Regionalizado, solicito a compreensão dos srs. deputados e das sras. deputadas, pois houve um entendimento por parte do relator, deputado Marcos Vieira, junto com as secretarias de estado da Fazenda e do Planejamento, tendo em vista o fato de quinze emendas, quinze sugestões, não terem sido inseridas no Orçamento, por entendimento do Executivo.

Então, houve, por parte da comissão de Finanças e da liderança do governo, um encontro de contas no sentido de buscar as secretarias do Planejamento e da Casa Civil, juntamente com o relator, deputado Marcos Vieira, e ficou acordado que o Executivo encaminharia hoje um projeto de lei reparando esses vetos.

Então, a minha solicitação, em nome do governo, é que esses vetos não sejam derrubados porque o projeto de lei vai caminhar de forma concomitante. Ou seja, depois de aprovada a lei que veio do Executivo, derrubaremos o veto, conforme entendimento, hoje, com o governo.

Dessa forma, peço que se retire de pauta, neste momento, essa mensagem de veto, porque adentrou a esta Casa Legislativa, hoje, um projeto de lei reparando esses erros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, v.exa. solicita a retirada de pauta dessa mensagem?

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de manifestar a minha opinião concordando também com esse encaminhamento, porque se já há um projeto de lei que contempla esse tema, não há porque derrubarmos o veto.

Agora, é importante primeiramente analisarmos o projeto, saber realmente se ele contempla esse tema, para deixar tramitar.

A minha sugestão é pela retirada de pauta desta mensagem para que possamos melhor analisá-la nas próximas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. propõe a retirada apenas da Mensagem n. 0746/2013. É isso?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - É isso mesmo. Perfeito! Até porque o acordo que fizemos, a comissão de Finanças e Tributação e a liderança do governo, culminou com o projeto de lei, já lido nesta tarde.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, realmente há a necessidade da retirada de pauta

dessa mensagem. O governo começou a cumprir o acordo feito, juntamente com o líder do governo e o relator do Orçamento do ano que vem, no sentido de regularizarmos a situação dessas emendas que foram vetadas.

Houve divergência quando da aprovação do Orçamento Regionalizado, inclusive em Plenário, e posteriormente, a não inclusão no Orçamento, por isso, fez-se necessário fazer uma emenda do relator, que o governo resolveu vetar.

E ele mandou para esta Casa, sr. presidente, está no expediente de hoje, o projeto de lei, que já deu entrada por intermédio da Exposição de Motivos n. 0151/2013, tratando dessa questão, mas faz-se necessário um comparativo, sr. presidente, pelo menos daquelas emendas em que o veto trata sobre a diferença de valores, que aprovamos nas audiências do Orçamento Regionalizado, a ação com valor específico, e que o governo a remeteu para esta Casa com um valor irrisório. Ou seja, não tratou a ação aprovada por todo o Plenário, por toda a população, prefeitos, adequadamente.

Dessa forma, sr. presidente, até que possamos fazer um comparativo do projeto de lei, que ora está em curso aqui nesta Casa, com o veto, peço a retirada de pauta dessa mensagem com a concordância do deputado Aldo Schneider, líder do governo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apenas gostaria, sr. presidente, de tentar clarear um pouco mais as explanações dos deputados Aldo Schneider, líder do governo, e Marcos Vieira.

Trata-se de 15 emendas que não foram contempladas no Orçamento. Para corrigir isso, o governo mandou um projeto resgatando dez emendas e, as demais, as outras cinco, já foram contempladas no Pacto por Santa Catarina, a exemplo da implantação de um Cras, em

Florianópolis. Portanto, a preocupação do Parlamento com o atendimento e a execução de todas as emendas do Orçamento Regionalizado está resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Bom, penso que a matéria está devidamente explicada. Há concordância de todos os parlamentares, vejo pela sinalização, e encaminho pelo sobrestamento desta matéria, até que a discussão e a deliberação sobre a proposta que chegou esteja pronta para ser debatida neste Plenário.

No dia em que a matéria chegar, vamos trazer o veto de volta à pauta. E aí votaremos o veto e, na sequência, a matéria que complementa aquilo que estava contido...

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, somente para finalizar, gostaria de dizer que eu me comprometo, junto com os técnicos da coordenadoria do Orçamento Regionalizado, a fazer o comparativo e depois trazer ao conhecimento do líder do governo para que possamos dar prosseguimento ou não à votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, isso nos remete a uma reflexão e faz-nos entender que o governo realmente está sinalizando para cumprir com aquilo que é estabelecido por consequência das reuniões do Orçamento Regionalizado, tanto é que reconhece e está encaminhando o projeto das dez emendas que foram vetadas e as cinco que já estão contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Fica sobrestada a votação desta matéria até que se conclua o debate nas comissões e possamos deliberar as duas conjuntamente.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0747/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0364/08, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este projeto tem mérito, mas foi vetado pelo governo por uma série de razões. Eu vou transformá-lo numa indicação parlamentar e tenho certeza de que o governo vai analisar com muita sensibilidade.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradecemos a gentileza do deputado Darci de Matos e a sua compreensão em transformar em indicação este seu projeto, até porque nós também entendemos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALMIR COMIN votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI votou
Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0771/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0152/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de Certidão de URH pendente de pagamento com crédito tributário e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, o governo veta totalmente o PL de autoria do deputado Dóia Guglielmi que obriga o Poder Executivo a aceitar dívida emitida por outro Poder e compensá-la com seus créditos. O veto é por inconstitucionalidade, uma vez que há interferência no Poder Executivo e compromete os sistemas de controle da Fazenda Pública Estadual, além de ser contrário ao interesse público, pois poderia levar o estado a situação financeira indesejada. É voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 10 votos "não", sendo que o excelentíssimo senhor presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do sr. deputado Moacir Sopelsa votando a favor deste

projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 19 votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0776/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0051/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que assegura à gestante de alto risco a internação na rede hospitalar particular, constatada a inexistência de leito hospitalar vago na rede pública de saúde.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu faço uso dessa tribuna, apesar de ter conversado já com todos os novos pares, para dizer mais uma vez que o veto do governo está equivocado, porque hoje, deputado Jailson Lima, já existe a possibilidade de o governo fazer o atendimento da grávida de alto risco num hospital particular, desde que não haja nenhum leito na rede pública. Quando se fala, deputado Marcos Vieira, na rede pública, fala-se de Passos de Torres a São Miguel do Oeste ou até Garuva.

Esse projeto surgiu de uma visita que fiz, deputado Mauro de Nadal, ao diretor da Maternidade Darci Vargas, em Joinville, onde nasci, uma maternidade pública. Naquele dia o diretor estava com problemas porque havia no hospital um gestante, vinda de Araquari, de alto risco, e não tinha leito disponível em Joinville, apenas em Chapecó. Então ele me perguntou: "Como vou

encaminhar esta gestante, de alto risco, a Chapecó para ser atendida?"

Dessa forma, a ideia que trago a esta Casa é no sentido de, numa área de até 200km, a partir da residência da grávida, não havendo leitos, conforme emenda substitutiva que está no projeto, o gestor da maternidade pública tem como encaminhar a gestante para um atendimento pela tabela SUS.

Sendo assim, é equivocado quando o governo diz que estamos criando despesas. Nós não estamos criando despesas, esta facultatividade da despesa já existe quando não há leitos disponíveis.

Então, peço vênias aos nobres pares e, como estamos tratando de gravidez de alto risco, pergunto por que uma gestante tem que entrar numa ambulância e viajar 700km ou 800km para ocupar um leito lá no oeste do estado, sendo que ela é do sul, do norte ou do leste?

A proposta é em não havendo condição de internação num raio de até 200km, o estado tem legalidade para pagar o procedimento num hospital particular, como hoje já pode. Sendo assim, não existe criação de despesas.

Queria pedir aos nobres pares para que possamos tratar disso de forma razoável. Não existe criação de despesa, não existe vício de origem, mas uma visão muito social e de saúde pública nesse processo.

Não se trata de uma crítica, veja bem, eu sou do governo, mas os técnicos não têm essa visão e, por isso, precisamos fazer valer a nossa posição em relação aos projetos nesta Casa.

Por isso, peço vênias para que possamos votar pela derrubada do veto e assim salvarmos muitas mães e bebês que estão andando de ambulância para cima e para baixo numa gravidez de alto risco.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Kennedy Nunes, vou falar como médico. Esse governo tem um conjunto de burocrata que só diz: "Governador, vete esse projeto!" E não sabe ler, não entende o que significa o projeto.

Deputado Dado Cherem, botar uma parturiente com eclâmpsia numa ambulância e mandar para Chapecó, é matar a mãe e a criança junto. E com os níveis de complicação dessa doença, o custo no SUS de uma UTI é infinitamente superior ao custo de um parto decente, em que 48 horas depois, esta mãe poderá estar andando e amamentando o seu bebê.

Então, isso não é custo para o estado, é salvar vidas no estado catarinense, porque temos condições, inclusive, de quantificar as gestantes de alto risco no estado anualmente. E o que significa de custo isso?

Por isso, parabéns pelo seu projeto. Quero dizer aos burocratas do governo do estado, da Procuradoria Jurídica, que se interessem no projeto, dos custos, antes de dizer apenas: "Vete, vete e vete."

Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sr. deputado Kennedy Nunes, em que pese a legalidade ou a ilegalidade da frieza do veto, eu acho que o emblema da sua mensagem é muito maior do que tudo isso.

Eu mesmo, em 2007, 2008, tive que fretar um helicóptero particular para salvar uma mãe que saiu do município de Bela Vista do Toldo para ir à cidade de Blumenau.

Foi um apelo desesperado do próprio Corpo de Bombeiros da região, porque, com certeza, se transportada de ambulância, aquela criança e aquela mãe iriam a óbito naquele momento.

Então, sr. presidente e demais deputados, esse projeto de lei não é um projeto, ele é um emblema muito forte como foi o da deputada Ana Paula Lima no apelo em relação ao *crack*, ao vício.

Dessa forma, mesmo optando, em tese, pela ilegalidade da derrubada do veto, por criar despesas ou por vício de origem, enfim, a mensagem é muito forte.

Acho esse debate muito importante. Como agora foi aprovada no Congresso Nacional a lei que obriga o tratamento imediato do câncer a partir do momento do diagnóstico, 60 dias depois, aqui também temos essa urgência.

Queria fazer um apelo ao líder do governo que, quem sabe conversando com o governador Raimundo Colombo, que mande para esta Casa uma lei autorizativa, fazendo com que isso possa acontecer, deputado Kennedy Nunes.

Neste caso, o gestor, lá na ponta, fica numa situação delicada de ter que contratar um serviço particular para o atendimento, e muitas vezes pode até ser responsabilizado por este contrato.

Então quero dizer, com todo respeito ao líder do governo, que voto pela derrubada do veto, não pela lei em si, mas pelo emblema que ele representa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como enfermeira, mulher e mãe, acho justa a manifestação de diversos parlamentares desta Casa. Dessa forma, oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores pela derrubada do veto, porque estamos falando de vida.

Como mencionou o deputado Dado Cherm, são situações que ocorrem diuturnamente em vários municípios do estado de Santa Catarina, onde não há vaga, realmente, para a gestante dar à luz, e nada mais justo do que a rede particular propiciar leitos, principalmente, deputado Kennedy Nunes, porque esse projeto se refere à gestante de alto risco, que corre iminentemente risco de morte.

Inclusive, uma das grandes causas de morte materna no estado de Santa Catarina é a gravidez de alto risco.

Então, peço aos senhores parlamentares, homens, porque tenho certeza de que as deputadas mulheres vão votar realmente pela derrubada do veto, que votem a favor do deputado Kennedy Nunes.

A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, acho absolutamente procedente o projeto de lei apresentado pelo deputado Kennedy Nunes, que recebeu o veto do sr. governador. Portanto, advogo pela derrubada do veto, uma vez que, além de todos esses argumentos que já foram colocados, em Santa Catarina, hoje, temos apenas sete hospitais que fazem o atendimento em gestação de alto risco.

Lá no extremo oeste, em Chapecó, o Hospital Regional Lenoir Vargas Ferreira; no sul, em Tubarão, o Hospital Nossa Senhora da Conceição; no vale do Itajaí, em Blumenau, o Hospital Santo Antônio; no nordeste catarinense, em Joinville, a Maternidade Darcy Vargas; em Jaraguá do Sul, o Hospital e Maternidade Jaraguá; no planalto serrano, o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos; e na Grande Florianópolis, a Maternidade Carmela Dutra.

Na verdade são apenas sete hospitais do estado habilitados para atender gestação de alto risco, e temos falta de leitos, tanto para gestação de alto risco, quanto para UTI pediátrica e neonatal, que estão sempre associadas à gestação.

Se a gestação é de alto risco, temos que dispor de um leito de UTI neonatal, portanto, essa combinação torna as coisas mais difíceis ainda.

Por isso, como bem disse o deputado Kennedy Nunes, não havendo vaga na rede pública é facultado, permitido esse tipo de internação.

Então, entendo que um raio de 200km, na verdade, já é uma distância considerável por todos os outros riscos que aqui também já foram colocados em relação à saúde da mãe e da criança.

Portanto, compreendo e espero que agora com a implantação das redes de atenção de urgência e emergência, e daí há uma revisão também desta questão quanto à implantação da rede cegonha, porque agora, felizmente, o governo do estado aderiu a essa proposta do ministério da Saúde.

Então, embora tenhamos apenas a rede de urgência e emergência, o passo seguinte será caminhar para a rede cegonha, que inclui a área materno-infantil, naturalmente, esperamos, inclusive, que seja ampliada a habilitação de leitos e hospitais para gestação de alto risco e, naturalmente, a UTI neonatal.

Mas independentemente disso, é mais do que procedente a proposta, o entendimento e o objetivo do que propõe o projeto de lei apresentado pelo deputado Kennedy Nunes.

Por isso, advogo também pela derrubada do veto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero dizer a v.exa., deputado Kennedy Nunes, que voto pela derrubada do veto. Mas, precisamos, deputado Kennedy Nunes, refletir sobre o fato de os hospitais viverem à míngua em Santa Catarina, de uma forma geral, e dificilmente vemos a ativação, principalmente, de leitos de UTI, de uma forma geral, para atendimento a todas as categorias.

Ora, v.exa., no meu entendimento, se sentiu na obrigação de apresentar esse projeto de lei pela falta de leitos de UTI, cuja uma das causas principais é o reajuste da tabela do SUS.

Os hospitais ao abrirem um leito de UTI, deputado Joares Ponticelli, amargam mensalmente um prejuízo enorme.

Ora, reajustando a tabela, deputado Kennedy Nunes, o projeto de v.exa. seria inócuo, porque os hospitais se sentiriam estimulados a ativar leitos de UTI em todos os hospitais, dando essa condição não apenas para as gestantes, mas para a população de forma geral.

O problema está na raiz, ou seja, na tabela do SUS, que deve ser reajustada, não apenas para os leitos de UTI, mas também para a manutenção dos hospitais, que estão morrendo, tanto os públicos quanto àqueles particulares, que também atendem em parte pelo SUS.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, apenas gostaria de ressaltar a importância do projeto de lei do deputado Kennedy Nunes, tendo em vista a preocupação com a gestante de alto risco. Obviamente, esse projeto nos remete a uma reflexão muito forte!

O seu projeto é pertinente, deputado Kennedy Nunes, e terá o nosso apoio, mas temos que fazer também uma avaliação geral da saúde brasileira.

É impossível admitir que nos dias de hoje, com a remuneração que os profissionais médicos recebem para atender adequadamente a nossa população com a qualidade necessária, que um leito de UTI deixe um prejuízo enorme para o hospital que o detém. Por isso, temos em Santa Catarina um *déficit* nessa área.

É preciso uma reflexão por parte do governo federal. A presidente Dilma Rousseff precisa intervir rapidamente no Sistema Único de Saúde, porque sem reajuste há 16 anos não tem gestor público que consiga trazer a universalização do serviço de saúde que queremos.

O governo do estado tem que dar essas condições, e já está gastando um percentual grande do seu Orçamento, os prefeitos, então, nem se fala, alguns estão gastando 25%, 30% do Orçamento em Saúde e mesmo assim não é suficiente porque o governo federal não está gastando 10% do seu Orçamento.

Por isso, Santa Catarina entrou muito bem na campanha Saúde+10. Vamos chegar a 100 mil assinaturas, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é presidente da comissão de Saúde, está junto neste caminho.

Mas a solução é a obtenção de mais recursos, um reajuste na tabela, remunerar melhor os hospitais para que esse projeto possa ser cumprido adequadamente e possamos ter condições de atender as gestantes, próximo à região onde moram. Parabéns pela iniciativa e vamos todos refletir um pouco mais a respeito do financiamento da saúde pública no país.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente,

O SR PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Não poderia deixar de me manifestar e parabenizar o deputado Kennedy Nunes pelo projeto, mas penso que o tema é mais profundo do que a discussão desse projeto. Trata-se de uma questão estrutural no Brasil. Regularizando-se a tabela, adequando-a à realidade do nosso país, esse problema será minimizado.

O projeto estabelece um raio de 200km, mas quanto custa uma vida? Eu não sou médico, mas uma gestante de alto risco, se tiver que se deslocar 200km, não está correndo risco de vida? Eu penso que não havendo atendimento num raio muito menor do que esse, 20km ou 30km, realmente é necessário que o estado arque com o atendimento numa instituição privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	

DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 3 votos "sim" e 30 votos "não".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Com a concordância do líder do governo, peço a retirada dessa mensagem de veto da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Conforme solicitação do autor, esta Presidência determina a retirada dessa mensagem da pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0779/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0333/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que inclui o iogurte e a bebida láctea, produzidos no estado, na merenda escolar das unidades educacionais da rede pública de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, vejo que falta um pouco de sensibilidade do governo quando veta alguns projetos, até porque somos 40 parlamentares com uma capacidade enorme de apreciação da matéria, tanto na legalidade quanto no mérito, que não está sendo levada em consideração. E aí peço aos srs. deputados que me acompanhem no voto de derrubada do veto, que tem por objetivo principal levar esse alimento importante para a rede pública de ensino estadual e acima de tudo, fortalecer as pequenas agroindústrias que temos no interior do estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Precisamos da diversificação e da valorização dos alimentos que

são produzidos no estado. Em algumas regiões temos o pescado; em outras, o leite. Então, entendemos que esse projeto é extremamente meritório. Por isso, pedimos para a nossa bancada apoiar a derrubada do veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Deputado Mauro de Nadal, na condição de líder do governo, entendo que existe por parte dos analistas da Casa Civil muitas vezes a falta de sensibilidade e até de conhecimento. Mas, estou aqui na função de líder e, nessa função, registro que o governo veta totalmente o projeto de autoria do deputado Mauro de Nadal, que inclui o iogurte na rede escolar de ensino, tendo em vista a inconstitucionalidade, porque apesar da competência dos estados para legislar nessa matéria, a alimentação escolar depende de estudos técnicos realizados por nutricionistas e de uma série de fatores locais.

Somado a isso, há controvérsias sobre os alimentos lácteos na alimentação escolar.

Vou propor ao eminente colega, deputado Mauro de Nadal, o encaminhamento de uma indicação à secretaria de estado da Educação para que juntamente com a Casa Civil, produzam um texto e aí, quem sabe, possamos transformar em lei essa solicitação.

Por hora, voto um, pela derrubada do veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, eu quero dizer que nós, da base do governo, que

somos "dilmiais", temos que ter o entendimento de que com a vergonha da terceirização da merenda escolar superfaturada, dava para oferecer leite, bebida láctea, iogurte e até colocar vaquinhas nas escolas de Santa Catarina.

Por isso, deputado Mauro de Nadal, somos pela derrubada do veto e v.exa. tem uma visão clara de distribuição de renda, garantindo aos agricultores familiares do estado a produção e, principalmente, fazendo com que o governo do estado reveja essa vergonha da terceirização da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com todo o respeito ao líder do governo, mas não entendi a justificativa dada que o iogurte não pode ser colocado na merenda escolar, a menos que o governo esteja fazendo propagando contra. Que nutricionista é essa que faz essa verificação?

Sr. presidente, nós, deputado Mauro de Nadal, defendemos uma alimentação de qualidade para as nossas crianças e adolescentes, e o iogurte é fonte de cálcio e se faz necessário.

Além disso, queremos dar oportunidade aos nossos produtores do oeste de Santa Catarina de consumirem esses produtores, inclusive, apresentamos um projeto de lei que incluía o peixe na merenda escolar de Santa Catarina, mas o governo vetou.

Então, o governo não está preocupado com a alimentação das nossas crianças e adolescentes, mas, sim, em proporcionar uma alimentação instantânea, em que se mistura o pozinho na água. É isso que o governo quer com a terceirização da merenda?

É lamentável e peço à bancada do PT que vote pela derrubada do veto, pois acho interessante ter sim, o iogurte, o peixe, a carne suína e a carne

bovina na merenda escolar para o desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria fazer dois apontamentos. Primeiramente, sobre a discussão que a própria base do governo vem fazendo nos últimos tempos, com muita propriedade, em que pese a perda de arrecadação do estado de Santa Catarina tendo em vista à mudança que houve quanto aos produtos importados em Santa Catarina, o risco da unificação do ICMS e o impacto que isso vai ter na economia.

Portanto, compete a esta Casa, mas principalmente ao governo do estado, pensar em soluções de desenvolvimento econômico que potencialize a nossa economia. E o que esta Assembleia está propondo aqui, de certa forma, tem a ver com isso.

E a deputada Ana Paula Lima, pelo conhecimento na área da Saúde, já mencionou a importância desse projeto de lei quanto à saúde das nossas crianças, mas queria levantar aqui o argumento da autonomia das assembleias, e o nosso primeiro juramento é cumprir a Constituição.

Agora, o técnico do governo fazer juízo de valor de um projeto de lei da Assembleia, está errado, sr. presidente, porque aí nos curvamos a estruturas que se formam ao longo dos anos nos governos e perdemos o papel legislativo. Concebemos que no mérito essa matéria precisa ser aprovada, abrimos mão de parte substancial da nossa tarefa de legisladores e sei que v.exa. defende a autonomia do Poder Legislativo. Invoco essa qualidade para votarmos contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero parabenizar o deputado Mauro de Nadal, pois estamos acompanhando essa discussão também no oeste.

Apenas gostaria de acrescentar, sr. presidente, que mais do que estar na merenda escolar, o iogurte deveria estar na cesta básica do estado para derrubarmos o ICMS e, de fato, defendermos o nosso produtor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)-
Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 11 votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0780/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0082/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que determina a inserção de orientações sobre melhorias da qualidade de vida no verso dos receituários médicos utilizados pela rede pública de saúde.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O governo veta totalmente o projeto de autoria do deputado José Nei Ascari, que determina a inserção de orientações no verso dos receituários.

O motivo do veto é a inconstitucionalidade, uma vez que o art. 200 da Constituição estabelece que a competência de gerir a Saúde no país cabe ao SUS.

O governo acrescenta que seria temerário dar orientação genérica para qualquer tipo de paciente. A orientação é pelo voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim", 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0785/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0574/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre afixação de placas padronizadas nas farmácias e drogarias estabelecidas no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a minha sugestão é de que em qualquer município catarinense tenhamos placas padronizadas de farmácias quando procuramos algum medicamento.

Mas os tecnocratas, dizem que é inconstitucional por ferir o art. 24 da Constituição Federal.

Eu vou transformar, infelizmente, esse meu projeto de lei, numa indicação ao governo. E quem sabe eu o sensibilize a transformar em lei, vindo do Executivo. Obviamente, não posso mudar a minha postura na condição de líder. Olha o que a vida nos prepara, voto um.

Vejam os senhores, tenho que votar contra o meu projeto.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A Bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela derrubada do veto. Deputado Aldo Schneider, com todo respeito, temos que orientar nossa sociedade sobre isso. Eu não sei qual é a diferença entre indicação e projeto de lei. Poderíamos votar hoje, porque é um dia favorável, inclusive, para a derrubada de vetos, atendendo ao apelo da população que nos colocou aqui para fazer a defesa da sociedade.

A Bancada vota pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A deputada Ana Paula Lima orientou para votar com o autor, contra o líder do governo.

Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	

DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 10 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0786/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0280/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte das empresas operadoras de serviço de telefonia móvel, de informações sobre a área de cobertura do sinal e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, no final do ano não estava mais nesta Casa, mas o projeto foi aprovado pelos demais srs. deputados e percebi que esta Casa comemorou, porque ele vai ao encontro aos interesses do consumidor. No entanto, fui surpreendido com este veto, sob a alegação de inconstitucionalidade, porque cabe à união legislar e regular a telefonia e assim por diante.

No entanto, já que a Assembleia Legislativa constituiu uma CPI para discutir a telefonia celular, nada mais justo do que dar esse passo, sendo esta Casa pioneira neste sentido, exigindo que no momento da compra do aparelho a pessoa receba a garantia de que onde trabalha e mora tenha, efetivamente, cobertura de rede fornecida por aquela operadora.

Então, já que há uma CPI instalada, demos o primeiro passo concreto para que as operadoras passem a respeitar o consumidor, não apenas vendendo por vender, mas garantindo ao consumidor o uso devido do seu celular.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, sr. deputado Sandro Silva.

Continua em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a maioria dos projetos que vem para esta Casa, passam pelas comissões, são aprovados

por unanimidade, mas quando vem o veto do governador, o deputado muda de posição! Não entendo isso! Inclusive deputados autores mudam de posição por uma ação do governo do estado! Torna-se engraçado e cômico para não dizer outras palavras.

Um dos motivos de maior reclamação no nosso Procon municipal, estadual e nacional é com relação à telefonia. As operadoras de telefone com suas lojas em vários municípios do estado estão vendendo um absurdo de telefones de diversas operadoras! As operadoras deveriam orientar, como diz o projeto, a área de cobertura desses telefones. A pessoa compra o telefone, vai para sua casa e o telefone não funciona onde ela está ou quer ir!

Então, o projeto é muito justo, há uma CPI na Casa, inclusive temos reunião hoje, porque queremos esclarecer esse assunto em nível estadual e nacional, porque isso é um absurdo! A população catarinense está sendo enganada! O número de telefones vendidos aqui e as propagandas realizadas são imensas, mas na hora de utilizar o produto as pessoas não estão sendo atendidas adequadamente.

Nosso Parlamento votou por unanimidade esse projeto, mas vou ficar realmente insatisfeita e decepcionada se também não derrubarmos o veto do governador, porque acho que ele tem que estar a serviço da população catarinense. E constitucional ou inconstitucional, estamos aqui porque fizemos leis para beneficiar o povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados, apenas gostaria, com a compreensão de v.exas., de pedir que possamos ser um pouco mais breves nas manifestações, pois temos ainda uma longa pauta de votação, mais oito vetos, depois temos várias outras matérias e já percebemos que o quorum não é mais o mesmo desde o início da sessão.

Então, em função disso, peço que v.exas. sejam mais breves para que consigamos vencer a pauta de hoje.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, como esta é uma casa de debates e todos eles estão sendo extremamente relevantes e importantes para o estado de Santa Catarina, talvez valha à pena o sacrifício da extensão do atendimento.

No entanto, se cada um dos deputados que estiverem aqui pegar o seu telefone e pensar que no estado de Santa Catarina, em mais de um terço do seu território, não temos sinal de telefonia celular, veremos o tamanho do nosso problema. Aliás, temos que ter a informação sobre as áreas de cobertura, e muitas vezes não temos.

E com tudo isso, 75% do faturamento das operadoras de telefonia celular é mandado para fora do país sem haver novos investimentos. E o governo diz que essas operadoras não podem gastar um centavo para colocar um mapa para cada usuário sinalizando onde funciona e onde não funciona o celular? Isso é a constatação, de forma clara, da falta de investimentos, da incompetência do governo, inclusive, do governo federal, que está implantando a banda de 4G enquanto aqui no estado não conseguimos saber, sequer, onde funcionam os nossos celulares. E ainda dizem que para o estado esse custo é inconstitucional?

Sobre o Código Florestal, deputado Romildo Titon, também era inconstitucional o debate nesta Casa e, no entanto, demos exemplo para o Brasil, e vamos continuar dando, sendo o primeiro estado catarinense a regularizar isso.

Agora, pelo amor de Deus, meus companheiros, basta pegar os seus aparelhos de telefone celular na mão e verificar quantas horas por dia, neste estado, ele não funciona.

Por isso, como sou governista, vamos derrubar este veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jailson Lima, acho que v.exa. apenas

fez uma injustiça. Hoje nem no gabinete da Presidência temos sinal para o uso de aparelho celular, mas não é verdade que ele não funciona em lugar algum, porque nos presídios eles funcionam muito bem, apenas lá.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, penso que o debate é fundamental, mas precisamos esclarecer algumas questões.

Em primeiro lugar, o fato de a equipe do governador Raimundo Colombo recomendar o veto, não significa que o governador seja favorável ao trabalho das operadoras no Brasil ou que ele não esteja ao lado da população catarinense. Não vamos confundir as coisas. O veto foi consequência da inconstitucionalidade, porque a exploração e a concessão da telefonia, e todos sabem disso, é de competência exclusiva da união.

Portanto, não estamos debatendo aqui o mérito. Todos os vetos que foram votados hoje neste Plenário têm mérito, aliás, todos os projetos apresentados nesta Casa durante o ano inteiro têm mérito, mas a discussão aqui é a fundamentação legal.

Ora, assinamos a CPI contra a telefonia e o deputado Jailson Lima tem razão quando diz que a telefonia no Brasil é uma vergonha, uma aberração, não funciona, não atende. Agora, temos aqui uma questão que envolve a fundamentação legal e isso deve ser esclarecido.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, o que estamos fazendo aqui não é um cabo-de-guerra com o governo, até porque, quando votamos com o

governo, não quer dizer que somos governistas nem quando votamos pela derrubada do veto, estamos contra o governo. Não se trata disso!

Eu gostei muito quando o ministro Joaquim Barbosa disse que os Parlamentos hoje estão votando 90% mais os interesses do Executivo do que as atividades de parlamentares.

Então, entendemos que precisamos verificar isso. Por exemplo, a inconstitucionalidade alegada agora neste projeto é por conta de que essa é uma questão da união. Nós votamos um projeto de minha autoria, sendo que à época o governo também vetou e nós derrubamos o veto aqui e hoje está valendo, que é a lei das seguradoras. Foi vetado aqui. Nós derrubamos o veto e hoje está valendo.

O que acontece? Das 27 unidades da nossa federação, 18 já entraram com o mesmo projeto e agora, por conta de todos esses estados que entraram com o mesmo projeto que foi apresentado aqui, já começa a ser discutida lá em Brasília a mudança da questão de o segurado, quando bate o carro, ter o direito de escolher a oficina em que vai arrumar o veículo.

Então, precisamos entender que muitas vezes podemos e devemos, apertar um pouquinho e forçar o pé um pouco da porta da legalidade para que possamos levar a discussão até Brasília, no Supremo, ou seja onde for.

Por exemplo, se derrubarmos esse veto - e tenho absoluta certeza de que o governador vai entender, porque ele também deve ter, em algum momento, problemas com o sinal de celular - deixem, deputada Angela Albino, que as empresas entrem com Adins. Só que nós vamos fazer o nosso projeto e vamos fazer o nosso papel, que é legislar em defesa de todos os catarinenses.

Então, vamos derrubar o veto e deixar para as empresas telefônicas, se acharem que é inconstitucional, entrarem com as Adins, porque podemos ser os precursores de mudanças para mudar, principalmente, esse desrespeito que há com relação à telefonia celular no Brasil inteiro.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Darci de Matos, não estamos falando aqui de legislação sobre telefonia no país ou regra sobre telefonia. Estamos falando do direito do consumidor de ter acesso a uma informação que as empresas precisam dar.

Então, essa é a diferença que estamos debatendo e o projeto do deputado está correto.

Por isso, entendemos que esta Casa tem condições, sim, de criar regras, principalmente o direito do consumidor de ter informações sobre o sistema.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, entendo que todas as manifestações são pertinentes. Não estamos aqui na condição de defesa nem do governo nem de contrariedade ao governo. A minha função, na condição de líder, é analisar a constitucionalidade ou não das matérias que estamos votando. E neste caso o motivo do veto é a inconstitucionalidade, na medida em que a política de concessão de exploração de telefonia é de competência privativa da união. E cabe a ela legislar sobre essa matéria, conforme o art. 21, inciso XI da Constituição Federal.

Cabe-me, na condição de líder do governo, fazer com que o governo não peque pelo fato de não vetar esse projeto.

Então, peço voto um, pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALMIR COMIN

votou

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 8 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0788/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0364/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que considera idosa, para efeitos legais, a pessoa com deficiência que tenha idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, este projeto, conforme v.exa. já registrou, considera idosa, para efeitos legais, a pessoa com deficiência que tenha idade igual ou superior a 45 anos.

Todos nós sabemos que, apesar dos avanços no país e em Santa Catarina, a expectativa de vida da pessoa com deficiência é menor do que a expectativa de vida média da pessoa sem deficiência.

Por isso, nada mais justo, na nossa concepção, é essa foi uma sugestão recebida pela comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que essas pessoas tenham essa condição de se equipararem, para todos os efeitos legais, à pessoa idosa, tendo alcançado 45 anos de idade.

Por isso, o nosso apelo, sr. presidente, neste momento, é para que possamos, então, já que

temos quorum para isso, derrubarmos o veto do governo do estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com todo o respeito ao projeto de autoria do deputado José Nei Ascari, entendo que é meritório e que merece um tratamento diferenciado, mas na condição de líder do governo, o motivo do veto é a falta de interesse público, pois o projeto coloca em pé de igualdade todos os tipos de deficiência física e mental, sem considerar os seus diferentes tipos e níveis.

O governo compara o deficiente auditivo leve, sem restrição, receber o mesmo tratamento de um portador de necessidade ou incapacidade para os atos da vida civil. Então, nessa linha, sugiro a derrubada do veto, voto dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)-
Questiono se todos os srs. deputados votaram?

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 6 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0789/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0347/2012, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, proponho a retirada deste projeto de pauta porque, inclusive, estou estranhando o veto

do governo, já que qualificamos e caracterizamos quem é a agroindústria familiar. Eu não estou entrando em nenhuma política de crédito, assistência técnica ou que gere custo. Simplesmente, hoje, temos, por exemplo, o Prodec às grandes empresas que se instalam no estado e não temos nenhuma política de incentivo para a agricultura familiar, porque não sabemos quem é. Não tem lei para definir quem é o público para construir nenhuma política para esse setor.

Então, estou pedindo a retirada do projeto de pauta para que possamos conversar com os nossos pares e dialogar com o governo. Estou esperando que o líder do governo possa encaminhar um entendimento junto ao Executivo no sentido de saber se não há nenhum problema em derrubar o veto, mas precisamos desse projeto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. deputado, houve realmente um entendimento, uma conversa sobre a possibilidade de aproveitar essa ideia do deputado Dirceu Dresch, e fazer com que o governo construa uma legislação e encaminhe para esta Casa.

Então, sou totalmente favorável à solicitação do deputado Dirceu Dresch, pela retirada, neste momento, dessa mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Acolho a solicitação, fica retirada a Mensagem n. 0789/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0790/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0101/2012, de autoria do Deputado Darci de Matos, que dispõe sobre isenção de pagamento de taxas na inscrição de concursos públicos e em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições estaduais de Ensino Superior, nos casos que especifica e adota outras providências.

Em discussão

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, vejo aos meus olhos um quórum muito baixo para deliberar, sr. presidente.

Gostaria de ter a verificação de quórum no painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Acolho a solicitação de v.exa. e determino a abertura do painel para verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADA ANGELA ALBINO	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	presente
DEPUTADO CIRO ROZA	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	presente
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NEODI SARETTA presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA presente
DEPUTADO RENO CARAMORI presente
DEPUTADO ROMILDO TITON presente
DEPUTADO SANDRO SILVA presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK
DEPUTADO VALMIR COMIN presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Temos 20 parlamentares presentes.

Não há quorum regimental para deliberarmos às demais matérias.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com relação à questão da votação dos vetos, gostaria de me justificar perante meus colegas pois é a minha estreia na condição de líder, principalmente nesta questão de encaminhamento de votação e vetos.

Obviamente que não tenho 100% de certeza nas minhas definições de condução da bancada, mas acredito que na próxima sessão estarei preparado para encaminhar a contento, tanto da Oposição quanto da Situação, os encaminhamentos de veto desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, restaram apenas cinco vetos para apreciação, de uma longa pauta que tínhamos hoje. Convenhamos, conseguimos produzir bastante.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero dizer, deputado Aldo Schneider, que v.exa., como liderança, não tem que pedir desculpas. V.Exa. regeu muito bem a questão da liderança, aliás, com

uma sensibilidade que outros líderes nunca tiveram, que é a sensibilidade de saber o peso do veto e valorizar o Parlamento Catarinense.

Por isso, quero parabenizar v.exa. na condição de líder, e que continue com essa sensibilidade, para que possamos mostrar o papel da nossa Casa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu gostaria, inclusive, que a sessão pudesse continuar, mas, evidentemente, não vou fazer causa desta questão, até porque amanhã, quinta-feira, teremos outra sessão.

Apenas queria manifestar o meu descontentamento pela derrubada de quórum, que foi feita de forma premeditada, de forma pensada, e alguns deputados seguiram essa política com interesses dos quais eu não concordo.

Eu votei contra o governo e todos os vetos até o presente momento, e há um veto, que seria o subsequente, que votaria a favor do governo. E foi por conta desse projeto que foi vetado pelo governo, com o qual concordo com o governo, que foi derrubado o quórum dessa sessão.

Espero que não levemos mais três meses para voltar a ter quórum para votar vetos. Essa é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Sargento Amauri Soares, vamos nos esforçar. Eu não sei se amanhã vamos ter um número suficiente de deputados, pois alguns estarão participando de eventos fora da Casa, mas certamente na sessão seguinte haveremos de vencer os cinco vetos que ainda estão pendentes na pauta.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte

Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.